

1

CONSTITUCIONALISMO

FASES DO CONSTITUCIONALISMO	42
Constitucionalismo na Antiguidade Clássica	42
Constitucionalismo Antigo	43
Constitucionalismo Inglês.....	44
Constitucionalismo Norte-Americano.....	46
Constitucionalismo Francês.....	47
» O constitucionalismo francês e a formação teórica do poder constituinte.....	48
Constitucionalismo Liberal	49
Constitucionalismo Social	50
Constitucionalismo Contemporâneo (ou Neoconstitucionalismo).....	50
Transconstitucionalismo.....	54
Novo Constitucionalismo Latino-Americano	54
Constitucionalismo do Futuro.....	54
Constitucionalismo Whig (ou Termidoriano).....	55
Constitucionalismo abusivo e constitucionalismo autoritário.....	56
Constitucionalismo digital	58
Constitucionalismo feminista.....	60
A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO NAS FASES DO CONSTITUCIONALISMO LIBERAL, SOCIAL E CONTEMPORÂNEO	61

2

CONSTITUIÇÃO

CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	65
Concepção Sociológica.....	66
Concepção Jurídica.....	66
Concepção Política.....	67
Concepção Culturalista	69
A Força Normativa da Constituição	69
A Constituição Como Um Processo Público	70
A constituição à luz da teoria dos sistemas sociais de Luhmann	71
» Possibilidade de explicar outros institutos jurídicos à luz da teoria sistêmica de Luhmann.....	72
Constituição Dirigente	73
Constituição-lei.....	74
Constituição-fundamento (ou Constituição-total).....	74

· Constituição-moldura (ou Constituição-quadro)	75
· Constituição dúctil (ou maleável ou suave).....	75
CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA	76
CROWDSOURCED CONSTITUTION	77
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	78
· Divisão Clássica ou Classificação Quanto ao Conteúdo (Constituição Material X Constituição Formal)	78
· Quanto à Forma.....	78
· Quanto ao modo de elaboração	80
· Quanto à Origem ou Positivação	80
· Quanto à Estabilidade (ou Alterabilidade ou Mutabilidade ou Consistência)	81
» Constituição rígida.....	81
» Constituição flexível	82
» Constituição semirrígida	82
» Constituição transitoriamente flexível.....	83
» Constituição fixa (ou silenciosa).....	83
» Constituição imutável (ou permanente, ou granítica, ou intocável).....	83
» Constituição super-rígida.....	83
· Quanto à Dogmática	83
· Quanto à Extensão.....	84
· Quanto à Finalidade	84
· Classificação Ontológica (Karl Loewenstein)	84
· Quanto ao Sistema	85
· A Constituição Brasileira de 1988.....	85
ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO	86
ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	87
· Preâmbulo.....	87
· Parte Dogmática.....	88
· Disposições Transitórias (ADCT)	88
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	89

3

NORMAS CONSTITUCIONAIS

CARACTERÍSTICAS DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	99
· Superioridade Hierárquica	99
· Caráter Político.....	100
· Conteúdo Específico.....	100
· Natureza da Linguagem	101
CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	101
· Vigência	101
· Eficácia	103
» O art. 1º da LINDB se aplica às emendas constitucionais?	104
» Observações importantes.....	105
· Aplicabilidade	105
· Efetividade	106
· Doutrina Tradicional ou Clássica.....	107
· Doutrina Moderna	111
· Classificação de Maria Helena Diniz	114
· Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto	115

4

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

DEFINIÇÃO	117
PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	118
: Princípio da Supremacia da Constituição.....	119
: Princípio da Unidade da Constituição.....	119
: Princípio da Harmonização (ou Concordância Prática).....	121
: Princípio da Correção Funcional (ou Conformidade Funcional ou Justeza).....	121
: Princípio da Eficácia Integradora (ou Efeito Integrador).....	122
: Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	122
: Princípio da Presunção de Constitucionalidade.....	123
: Princípios da Máxima Efetividade e da Força Normativa da Constituição.....	124
: Princípio da Proporcionalidade.....	125
» Aplicação da proporcionalidade nos âmbitos penal e processual.....	127
MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	127
: Método Jurídico (ou Hermenêutico Clássico).....	128
: Método Tópico-Problemático (ou Método da Tópica).....	128
: Método Hermenêutico-Concretizador.....	129
: Método Científico-Espiritual.....	130
: Método Normativo-Estruturante.....	131
: Método da Comparação Constitucional.....	132
A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NO CONSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO	132

5

PODER CONSTITUINTE

CONCEITO	137
SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA DO PODER CONSTITUINTE	137
NATUREZA DO PODER CONSTITUINTE	139
ATORES DO PODER CONSTITUINTE	139
ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE	141
: Divisão Clássica.....	141
» Poder constituinte derivado decorrente.....	142
: Doutrina Moderna.....	144
: Outras Classificações Modernas.....	146
MANIFESTAÇÃO DO PODER CONSTITUINTE	146
: Formas de “Transição Constitucional”.....	147
CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE (CHAMADO DE) “ORIGINÁRIO”	148
: Limites não jurídicos ao poder constituinte originário.....	149
: Positivização da Constituição.....	150
FENÔMENOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL (RELAÇÕES DA NOVA CONSTITUIÇÃO COM O DIREITO ANTERIOR)	151
: Desconstitucionalização.....	151
: Prorrogação (ou recepção material de normas constitucionais anteriores).....	152
: Recepção e Não-Recepção.....	152

∴ Repristinação.....	154
RETROATIVIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL (RELAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE COM O DIREITO ADQUIRIDO, O ATO JURÍDICO PERFEITO E A COISA JULGADA)	154
MECANISMOS DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	156
∴ Mutação.....	157
» Espécies de mutação	158
» Alerta sobre a terminologia utilizada	160
Poder de Reforma	160
» Características do poder de reforma.....	160
» Espécies de limitações ao poder de reforma.....	161
» Poder de reforma na CF/88 (emendas constitucionais).....	162
Iniciativa das emendas à CF/88	162
Limitações circunstanciais ao poder de emendar a CF/88	165
Quórum de aprovação das emendas constitucionais	165
Há intervalo mínimo entre os dois turnos de votação?	166
Necessidade de retorno à Casa iniciadora na hipótese de alteração da proposta pela Casa revisora	167
Promulgação da emenda à Constituição	167
Impossibilidade de reapresentação de proposta de emenda na mesma sessão legislativa.....	168
As cláusulas pétreas (limitações materiais).....	168
Forma federativa de Estado (art. 60, § 4º, I, CF/88).....	170
Voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II, CF/88).....	170
A separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III, CF/88).....	170
Os direitos e garantias individuais (art. 6º, § 4º, IV, CF/88)	171
Cláusulas pétreas implícitas.....	173
A democracia é uma cláusula pétrea?.....	176
O poder constituinte evolutivo e a dupla revisão.....	177
Revisão constitucional (poder de revisão).....	179
» Possibilidade de emenda constitucional prever nova revisão da Constituição	180
» Limitações ao poder de revisão	180
» Necessidade de a revisão constitucional respeitar as cláusulas pétreas.....	180
» A previsão da revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo	181

6

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

ASPECTOS HISTÓRICOS	183
∴ Caso Marbury Vs. Madison e o nascimento do “judicial review” (modelo norte-americano).....	186
∴ Modelo austríaco (Hans Kelsen).....	188
EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	189
FUNÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	192
∴ Função clássica	192
∴ Funções básicas.....	193
ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE	193
∴ Quanto ao objeto.....	193
» A inconstitucionalidade por omissão e o fenômeno da erosão constitucional	194

· Quanto à natureza do vício	195
· Quanto à extensão do vício.....	197
· Quanto ao momento do vício.....	198
» O STF admite o fenômeno da inconstitucionalidade superveniente?	200
» A questão da constitucionalidade superveniente e a convalidação de atos inconstitucionais por emendas à Constituição.....	203
· Quanto à forma de incidência do vício.....	213
TIPOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	214
· Quanto ao momento ou oportunidade do controle.....	214
· Quanto à concentração	214
· Quanto à natureza	215
SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	215
· Controle Político	215
· Controle Jurisdicional.....	215
· Controle Misto (ou híbrido)	215
NATUREZA DO ATO INCONSTITUCIONAL	216
PARÂMETROS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	216
· Bloco de constitucionalidade.....	217
· Controle de constitucionalidade por violação a norma de regimento interno de casa legislativa	220
· Controle de constitucionalidade realizado com base em parâmetros estrangeiros	221
SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	222
MECANISMOS DE CONTROLE PREVENTIVO POLÍTICO	223
MECANISMOS DE CONTROLE PREVENTIVO JUDICIAL.....	224
MECANISMOS DE CONTROLE REPRESSIVO POLÍTICO	227
· Art. 49, V, CF/88	227
· Art. 52, X, CF/88.....	227
· Art. 62, § 5º, CF/88	228
· Possibilidade de o Tribunal de Contas da União reconhecer a inconstitucionalidade (superção da Súmula 347 do STF).....	228
· Ajuizamento de ADI	231
· Revogação, pelo Poder Legislativo, de lei tida como inconstitucional.....	232
· Retirada, pelo Poder Executivo, de atos normativos próprios tidos como inconstitucionais	232
· Não aplicação, pelo Poder Executivo, de lei tida como inconstitucional	232
CONTROLE REPRESSIVO JUDICIAL NO BRASIL.....	236
CONTROLE CONCRETO (DIFUSO).....	236
· Cláusula de Reserva de Plenário	239
· Consequência da inobservância da cláusula de reserva de plenário.....	246
· Procedimento da cláusula de reserva de plenário.....	247
· Cláusula de reserva de plenário e julgamento de recurso extraordinário pelo STF.....	251
· O caso específico do recurso extraordinário em ADI estadual	257
EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO CONTROLE CONCRETO DIFUSO	258
· Sistemática tradicional.....	259
» A resolução do Senado Federal editada com fundamento no art. 52, X, da CF/88 .	264
Nova sistemática adotada pelo STF (Informativo 886).....	267
» Foi adotada a teoria da transcendência dos motivos determinantes no julgamento das ADIs 3406 e 3470?.....	269

» A confirmação da abstrativização do controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal (Tema de Repercussão Geral nº 885)	271
Agora todo recurso extraordinário possui eficácia vinculante e “erga omnes”?	273
» Foi adotada a teoria da transcendência dos motivos determinantes no Tema de Repercussão Geral nº 885?	274
» A partir de agora todas as decisões no controle difuso em qualquer juízo ou tribunal têm eficácia vinculante e “erga omnes”?	275
No controle difuso concreto o juiz de primeiro grau pode realizar a modulação de efeitos?	275
Controle concreto em ações coletivas	276
CONTROLE CONCRETO DE CONSTITUCIONALIDADE NO STJ	278
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	280
Hipóteses de cabimento	280
Requisito de admissibilidade específico: repercussão geral	282
» A “prima” da repercussão geral: a relevância do recurso especial dirigido ao STJ ...	286
SÚMULA VINCULANTE	289
Possibilidade de modulação de efeitos da súmula vinculante	292
Possibilidade de aplicação da súmula vinculante a atos anteriores à aprovação do enunciado	294
Requisito de admissibilidade da reclamação: estrita aderência	297
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EXERCIDO PELO CNJ E PELO CNMP? ..	299
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL ABSTRATO	302
Considerações gerais	303
Participação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado abstrato	305
Aplicação da cláusula de reserva de plenário e do art. 52, X, da CF/88 ao controle concentrado abstrato	308
ADI GENÉRICA	309
Legitimidade ativa	310
» Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	313
» Confederação sindical	314
» Entidade de classe de âmbito nacional	315
A legitimidade ativa para o controle concentrado abstrato pertence ao órgão, cargo ou entidade, não à pessoa que o ocupa	323
Capacidade postulatória para o ajuizamento de ADI	324
Participação dos legitimados ativos no controle difuso concreto	328
Impossibilidade de o legitimado ativo desistir da ação	329
Legitimidade passiva	329
Legitimidade recursal	330
Objeto da ADI	334
» Lei ou ato normativo do Distrito Federal pode ser objeto de ADI?	335
» Espécies normativas que podem ser objeto de ADI	337
Necessidade de impugnação de todas as normas que possuem o mesmo conteúdo e de todo o complexo de normas que regem determinado instituto	344
Ajuizamento de ADI em face de lei já revogada	347
» Efeito repristinatório indesejado e impugnação de normas anteriores à Constituição	349
Ajuizamento de ADI em face de lei com eficácia suspensa no âmbito da competência legislativa concorrente	351
Requisitos da petição inicial da ADI genérica	354
» Fundamentos jurídicos do pedido (causa de pedir) da ADI genérica	355

» Pedido fechado e causa de pedir aberta	360
» Possibilidade de aditamento da inicial para incluir outras normas no objeto da ação	365
Intervenção de terceiros e “amicus curiae”	368
» Fundamentos jurídicos do pedido (causa de pedir) da ADI genérica	375
Produção de provas e análise de fatos na ADI	378
Cautelar na ADI	379
Decisão definitiva (final) da ADI	383
A eficácia vinculante e o cabimento da reclamação	388
» Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes	392
Modulação dos efeitos da decisão final na ADI	394
Efeitos da decisão em caso de empate na votação	396
Pedido de destaque no plenário virtual do STF e manutenção dos votos dos ministros aposentados	397
Caráter dúplice da ADI (e da ADC)	398
» Possibilidade de rejugamento da validade da norma caso a ADI seja julgada improcedente	399
Cabimento de recurso e ação rescisória contra a decisão final na ADI	400
Repercussão da decisão final da ADI em relação a ações subjetivas (isto é, do controle concreto de constitucionalidade)	401
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)	406
Finalidades básicas da ADC	407
Aspectos processuais da ADC	408
Cautelar na ADC	412
Decisão final da ADC	414
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)	414
Disciplina processual da ADI por omissão	415
Cautelar na ADO	422
Decisão final na ADO	423
» Quando a omissão é de um Poder	424
» Quando a omissão é de um órgão administrativo	424
Características importantes da decisão final na ADO	425
» ADO 26	426
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	427
Espécies de ADPF	428
» ADPF autônoma	429
» ADPF incidental	429
Pressupostos da ADPF	430
Legitimidade ativa	430
Legitimidade passiva	431
Preceitos fundamentais	432
Princípio da subsidiariedade da ADPF	433
Objeto da ADPF	437
» Cabimento de ADPF contra resolução do CONAMA	443
Cabimento de ADPF contra norma que deveria ser objeto de ADI	444
Requisito específico: relevância da controvérsia	445
Possibilidade de celebração de acordo em ADPF	446
Aspectos processuais da ADPF (Lei 9.882/99)	447
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO ESTADUAL	449
Controle concentrado abstrato no âmbito estadual	449

» Legitimidade ativa.....	450
» Parâmetros de controle.....	454
Lei Orgânica Municipal como paradigma de controle.....	456
» Defesa do ato impugnado e participação do Ministério Público.....	457
» Participação do Poder Legislativo.....	457
» Simultaneidade entre ADI estadual e ADI perante o STF.....	459
» Efeitos da decisão.....	462
» Cabimento de recurso extraordinário.....	463
Controle de constitucionalidade difuso concreto estadual.....	466
» Constituição Estadual pode prever a aplicação simétrica do art. 52, X, da CF/88 no controle difuso de constitucionalidade realizado pelo respectivo Tribunal de Justiça?.....	467
TÉCNICAS DECISÓRIAS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	468

7

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

TERMINOLOGIA.....	475
EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	477
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	480
Historicidade.....	480
Inalienabilidade (ou indisponibilidade).....	481
Personalidade.....	482
Imprescritibilidade.....	482
Irrenunciabilidade.....	482
Constitucionalização.....	483
Inviolabilidade.....	484
Vinculação dos poderes públicos.....	484
Aplicação imediata dos direitos fundamentais.....	484
Limitabilidade (ou relatividade).....	485
Indivisibilidade e interdependência.....	486
Não taxatividade.....	487
Proibição de retrocesso.....	488
Concorrência.....	488
Universalidade.....	488
» Universalidade de chegada e universalidade de partida.....	490
» Cosmopolitismo dos direitos humanos (e dos direitos fundamentais).....	491
PERSPECTIVAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	492
Perspectiva (ou dimensão) subjetiva.....	492
Perspectiva (ou dimensão) objetiva.....	492
EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	493
Eficácia vertical.....	493
Eficácia horizontal.....	493
Teoria da “state action” (e suas mitigações).....	495
APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS RELAÇÕES PRIVADAS....	497
EFICÁCIA DIAGONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	497
TEORIA DOS QUATRO “STATUS” DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	498
“Status” passivo.....	498

: "Status" ativo	499
: "Status" negativo	500
: "Status" positivo.....	500
: Correlação entre a teoria de Jellinek e as espécies de direitos fundamentais.....	500
FUNÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	501
: Funções de defesa	501
: Funções de prestação	501
: Funções de proteção perante terceiros	502
: Funções de não discriminação.....	503
CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	503
: Classificação quanto ao conteúdo	504
: Classificação formal dada pela CF/88.....	504
: Classificação de acordo com as gerações de direitos fundamentais	504
DEVERES FUNDAMENTAIS	507
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL.....	509
LIMITAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	510
: Espécies de reserva legal restritiva: simples e qualificada.....	512
: "Limites dos limites"	514
: Cláusula de reserva legal subsidiária	515
: Núcleo essencial dos direitos fundamentais	515

8

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CF/88

DESTINATÁRIOS DO ART. 5º DA CF/88	517
: Diferença de tratamento entre brasileiros.....	517
» Distinções entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados	518
» Distinções entre brasileiros que se encontram no gozo de direitos políticos e brasileiros que não se encontram no gozo desses direitos.....	520
» Distinções entre brasileiros e brasileiras	521
» Distinções entre brasileiros ricos e brasileiros pobres	522
: Direito fundamental exclusivo de estrangeiros.....	523
: A situação dos estrangeiros não residentes no Brasil.....	525
: Pessoas jurídicas podem titularizar e usufruir direitos fundamentais do art. 5º ou de qualquer outro dispositivo da Constituição?	526
» A peculiaridade das pessoas jurídicas de direito público.....	527
Pessoa jurídica de direito público pode exercer direitos fundamentais em face dos particulares?.....	529
APLICABILIDADE DO ART. 5º DA CF/88	532
O ROL DE DIREITOS DO ART. 5º DA CF/88 É TAXATIVO?	536
: Os tratados internacionais sobre direitos humanos	537
» A hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro	539
A questão da prisão civil do depositário infiel.....	540
A questão da audiência de custódia	542
» O controle de convencionalidade.....	543
» A partir da EC 45/04, os tratados de direitos humanos devem obrigatoriamente ser incorporados pelo rito do art. 5º, § 3º, da CF/88?.....	543
: O reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	544
: Os direitos fundamentais são preceitos fundamentais?.....	546

BREVE ANÁLISE DO ART. 5º DA CF/88.....	546
Direito à vida (art. 5º, “caput”, CF/88)	547
» Pesquisas com células-tronco embrionárias (STF, ADI 3510).....	547
» Interrupção da gravidez nos casos de gestação de feto anencéfalo (STF, ADPF 54).....	549
» A gestação de gêmeos siameses é equivalente à de feto anencéfalo para fins de interrupção?	549
» Interrupção voluntária da gestação no seu primeiro trimestre (STF, HC 124.306)...	550
Igualdade (art. 5º, “caput” e I, CF/88).....	551
» Cotas raciais para ingresso em universidades públicas.....	552
» Cotas raciais em concursos públicos.....	553
» Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	554
» Lei Maria da Penha	555
» Tratamento diferenciado entre homens e mulheres para fins de habilitação como pensionistas de servidores públicos	555
» Exercício de cargo público como critério de desempate em concursos públicos	556
» Cumprimento de pena por travestis e transexuais em estabelecimentos prisionais masculinos ou femininos	556
» Benefícios vitalícios a ex-agentes públicos	557
» A questão do prazo decadencial para a anulação de atos administrativos.....	558
» Fixação de prazos distintos para a licença-maternidade de acordo com a natureza da filiação.....	562
» Concessão de licença-maternidade a pais solo.....	562
» Candidatos portadores de deficiência em provas físicas de concursos públicos	562
» Constitucionalidade dos subtetos remuneratórios nos âmbitos estadual e municipal.....	563
Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV e V, CF/88)	564
» Discurso de ódio	564
» “Marcha da maconha”.....	565
» Proselitismo religioso.....	566
» Tatuagem e concurso público	567
» Caso Porta dos Fundos	568
» Recolhimento de livros em feira literária	570
» Direito de resposta e retratação espontânea (Lei 13.188/2015).....	572
» Direito ao esquecimento (RE 1010606, Tema de Repercussão Geral nº 786)	573
» Restrições à publicidade de produtos fumígenos e inserção de advertências nas suas embalagens	574
Liberdade religiosa (art. 5º, VI, CF/88).....	577
» Sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana	578
» Designação de datas e horários especiais em concursos públicos para candidatos que alegam escusa de consciência por crença religiosa.....	579
» Fixação de critérios especiais, por motivos de crença religiosa, para que servidores públicos desempenhem suas atribuições, inclusive para fins de avaliação em estágio probatório	580
» Proibição temporária de realização de missas e cultos religiosos durante a pandemia de COVID-19.....	581
» Exigência de que escolas e bibliotecas públicas mantenham, em seu acervo, livro de determinada religião.....	582
Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI, CF/88)	583
» A (i)licitude da invasão domiciliar segundo o STJ (HC 598.061, j. 02/03/2021)	586
Vida privada (art. 5º, X, CF/88) e sigilo das comunicações (art. 5º, XII, CF/88)	588

» Gravação clandestina.....	589
» Quebra de sigilo.....	590
Quebra de sigilo fiscal e bancário pelo CNJ.....	594
» Interceptação das comunicações.....	596
Caráter não absoluto da inviolabilidade das comunicações.....	597
A proteção também alcança os dados ou se restringe à comunicação?.....	598
Interceptação telefônica.....	599
» Compartilhamento de dados de usuários por empresas de telefonia.....	602
» Acesso a informações contidas em aparelho celular sem autorização judicial (STF, HC 168.052).....	603
» Produção de dossiês pelo poder público a respeito das opções políticas dos servidores.....	604
Proteção dos dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88).....	605
» Possibilidade de compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da administração pública.....	609
Liberdade profissional (art. 5º, XIII, CF/88).....	610
Direito de reunião (art. 5º, XVI, CF/88).....	614
Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, CF/88).....	615
» Liberdade de associação envolvendo entidades emissoras da “carteira de estudante”.....	617
Presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF/88).....	619
» Execução provisória da pena.....	620
» Eliminação de candidato em concurso público por conta da existência de inquérito ou processo criminal.....	621
» Afastamento automático de servidor público em virtude de indiciamento em inquérito policial.....	622
» A presunção de inocência e a não autoincriminação se aplicam na esfera administrativa?.....	623

9

NACIONALIDADE

TRATAMENTO DA NACIONALIDADE NA CF/88	632
Nacionalidade primária.....	632
» Art. 12, I, “a”, CF/88.....	632
» Art. 12, I, “b”, CF/88.....	633
» Art. 12, I, “c”, CF/88.....	633
A situação do menor nascido no estrangeiro que vem a residir no Brasil antes de atingir a maioridade.....	635
A situação do estrangeiro adotado por brasileiro no exterior.....	636
Nacionalidade secundária.....	638
» Espécies de naturalização previstas na CF/88.....	639
Nacionalidade secundária ordinária.....	639
Nacionalidade secundária extraordinária.....	641
» Existe direito subjetivo à naturalização?.....	642
» A situação da família da pessoa que obtém a naturalização.....	644
Perda da nacionalidade brasileira.....	645
» Art. 12, § 4º, I, CF/88.....	645
» Art. 12, § 4º, II, CF/88.....	646
A situação do brasileiro que adquire automaticamente uma nacionalidade estrangeira em virtude de casamento.....	648

10

DIREITOS POLÍTICOS

Possibilidade de reaquisição da nacionalidade brasileira no caso do art. 12, § 4º, II, da CF/88.....	648
Quase-nacionalidade	648
Supranacionalidade.....	649
CONCEITO DE DIREITOS POLÍTICOS	651
DEMOCRACIA	652
Democracia direta.....	652
Democracia indireta (ou representativa).....	653
Democracia semidireta (ou participativa).....	653
» Plebiscito e referendo.....	654
Consultas populares nas campanhas eleitorais municipais.....	655
» Iniciativa popular de lei.....	656
DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS	657
Capacidade eleitoral ativa.....	658
» Características do voto	659
O “voto impresso”	660
Capacidade eleitoral passiva e condições de elegibilidade.....	661
DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	662
INELEGIBILIDADES	663
Espécies de inelegibilidades.....	663
» Inelegibilidades absolutas	664
» Inelegibilidades relativas	664
Inelegibilidade relativa para um terceiro mandato consecutivo.....	664
A figura do “Prefeito itinerante”.....	666
Inelegibilidade relativa para concorrer a outros cargos	668
Inelegibilidade reflexa.....	669
(In)elegibilidade dos militares.....	672
“LEI DA FICHA LIMPA”	674
Necessidade de observar a anterioridade eleitoral (art. 16, CF/88)	675
(In)constitucionalidade material e aplicação a fatos pretéritos.....	676
(In)ocorrência de violação à garantia da coisa julgada	677
PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	679
Perda dos direitos políticos.....	680
Suspensão dos direitos políticos	682
EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO POR SERVIDOR PÚBLICO	683
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	686

11

PARTIDOS POLÍTICOS

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA.....	687
A DISCIPLINA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CF/88.....	688
Liberdade de criação e diretrizes a serem observadas pelos partidos políticos	688
» O procedimento de criação dos partidos políticos	690

» Regras sobre incorporação e alteração estatutária dos partidos políticos introduzidas pela EC 111/2021	692
A autonomia de organização dos partidos políticos.....	692
» As coligações nas eleições majoritárias e nas eleições proporcionais.....	693
» A questão da verticalização das coligações	694
» As federações partidárias.....	695
A cláusula de desempenho partidário (ou cláusula de desempenho eleitoral, ou cláusula de barreira) da EC 97/2017.....	698
» A situação do candidato eleito por partido político que não tenha atingido o desempenho mínimo	700
» Cômputo em dobro dos votos obtidos por mulheres e negros para fins de acesso ao fundo partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).	700
» A Emenda Constitucional nº 117/2022 e a participação das mulheres na vida político-partidária do País	702
A fidelidade partidária	706
» Fidelidade partidária e disciplina partidária são expressões sinônimas?	707
» A exigência de fidelidade partidária se aplica tanto às eleições proporcionais quanto às eleições majoritárias?	708
» Situações em que o abandono do partido pelo candidato eleito não caracteriza infidelidade partidária	709
» O procedimento para a aplicação da perda do mandato em caso de infidelidade partidária	711

12

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL**APLICABILIDADE DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS E A RESERVA DO POSSÍVEL.....**

Doutrina Chenery.....	714
Doutrina Chevron.....	720
Teoria das “escolhas trágicas”	722
Teoria das “escolhas trágicas”	725

ORDEM ECONÔMICA.....

O art. 170 da CF/88 e os princípios da ordem econômica brasileira.....	725
» Livre iniciativa e livre concorrência	726
Súmula Vinculante nº 49	728
A regulamentação infraconstitucional da livre iniciativa	728
A repressão ao abuso do poder econômico.....	729
Transporte individual privado de passageiros por meio de aplicativos	730
Previsão de tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	731
A atuação do Estado no domínio econômico.....	733
» Entidades da Administração que atuam no domínio econômico	734
» Os monopólios do poder público.....	737
Diferenças entre o regime de monopólio e o regime de exclusividade.....	738
» Atuação indireta do Estado na atividade econômica	739

ORDEM SOCIAL.....

O conteúdo da Ordem Social na CF/88	742
Relação entre a ordem social e a ordem econômica	743
Princípio da vedação do retrocesso (efeito “cliquet”).....	746
» Critério para aferir o nível de consagração de um direito para fins de identificação do retrocesso vedado	746
Direito à saúde.....	747

» A participação da iniciativa privada na prestação dos serviços de saúde.....	750
» O piso salarial da enfermagem.....	751
» O mínimo de recursos que devem ser aplicados na área da saúde.....	753
Possibilidade de se exigir judicialmente a aplicação dos recursos mínimos que devem ser destinados às ações e serviços públicos de saúde.....	754
» Responsabilidade solidária na prestação do direito à saúde.....	756
» Fornecimento de medicamento fora da lista do SUS.....	757
Legitimidade passiva nas ações de fornecimento de medicamento registrado na ANVISA que não integra a lista do SUS.....	758
» Fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA.....	760
» Fornecimento de medicamento não registrado na ANVISA, mas com importação autorizada.....	763
» Fornecimento de medicamento de alto custo.....	765
» Manutenção de medicamento em estoque.....	766
» Fosfoetanolamina sintética (“pílula do câncer”).....	766
» Inibidores de apetite (medicamentos anorexígenos).....	767
» Compulsoriedade de se submeter a campanha de vacinação (COVID-19).....	767
A questão do “passaporte da vacina”.....	770
» (Des)necessidade de os Estados e os Municípios aguardarem autorização da ANVISA para implementarem seus programas de vacinação contra a COVID-19....	771
Direito à educação.....	775
» Princípios norteadores do ensino.....	776
O movimento “Escola sem Partido”.....	777
A vedação da “ideologia de gênero” nas escolas.....	780
A vedação do uso da linguagem neutra nas instituições de ensino e nos editais de concursos públicos.....	782
» Gratuidade do ensino.....	783
» As prestações mínimas asseguradas pelo direito à educação.....	783
O direito à educação básica gratuita abrange o acesso a creches e pré-escolas?	784
Reserva de vagas para irmãos na mesma escola.....	785
» Estrutura de prestação do direito à educação.....	788
» O mínimo de recursos que devem ser aplicados na educação.....	789
A “anistia” dada pela EC nº 119/2022.....	791
O FUNDEB e a EC 108/2020.....	793
Utilização dos recursos do FUNDEB para fins diversos.....	796
Recursos do FUNDEB decorrentes de precatórios e sua utilização para incrementação da remuneração dos professores e pagamento de honorários advocatícios.....	796
O TCU tem competência para fiscalizar verbas do FUNDEB (ou do FUNDEF)?	799
Lei estadual que inclui o pagamento de pessoal inativo nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.....	801
» Autonomia universitária e sua ampliação em âmbito estadual.....	803
» Ensino religioso nas escolas públicas.....	809
Índios.....	811
» A guinada no tratamento constitucional dos índios realizada pela CF/88.....	811
» A disciplina dos índios na CF/88.....	812
» O direito de não remoção dos índios e a impossibilidade de serem convocados por comissão parlamentar de inquérito.....	814
» As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, sua demarcação e o direito sobre elas.....	815
A problemática da definição e da demarcação das terras indígenas.....	818

É necessário haver a homologação da terra indígena para que a União tenha a obrigação de protegê-la?	820
Seleção de jurisprudência	821
» Atendimento diferenciado e internação em acomodações superiores no SUS	822
» Possibilidade de decisão judicial determinar a construção de nova escola	822
» Impossibilidade de instituição pública de ensino cobrar anuidade pelo fornecimento de alimentação	822
» Ausência de discricionariedade do poder público na implementação da educação infantil	823
» Possibilidade do “homeschooling” no Brasil	824
» Constitucionalidade da transferência de instituição de ensino superior privada para pública	825
» Constitucionalidade da meia-entrada para estudantes	827
» Educação como serviço público não privativo	828
» Possibilidade de lei estadual estabelecer disciplina de proteção ambiental diversa da prevista em norma geral federal, desde que mais protetiva	829
» Impossibilidade de lei dispensar a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental	830
» Necessidade de lei para alterar ou suprimir espaços territoriais especialmente protegidos	830
» Desnecessidade de lei para alterações que ampliem a proteção ambiental dos espaços territoriais especialmente protegidos	831
» Impossibilidade de revogação de norma que fixa parâmetros para a aferição do cumprimento da legislação ambiental sem que esses parâmetros sejam atualizados ou substituídos por outros	832
» Impossibilidade de submeter animais a atos de crueldade	833
» Reconhecimento da união civil homoafetiva	834

13

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

HISTÓRICO DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	836
“HABEAS CORPUS” (ART. 5º, LXVIII, CF/88)	837
Noções gerais	837
Legitimidade e cabimento	838
» É possível o uso do “habeas corpus” em favor de pessoa jurídica para trancar ação penal envolvendo crime ambiental?	839
» Impetração de “habeas corpus” para assegurar direito de manifestação em local de vacinação	840
Competência	841
MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5º, LXIX, CF/88)	843
Noções gerais	843
» Possibilidade de desistência do mandado de segurança	844
Direito líquido e certo	846
Legitimidade ativa e passiva	847
» Morte do impetrante no curso do processo	848
Teoria da encampação	849
Competência	850
» Competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Tribunal	851

» Competência para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato de julgado especial.....	851
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (ART. 5º, LXX, CF/88)	852
Objeto	852
Legitimidade ativa	852
» Partido político com representação no Congresso Nacional.....	856
» Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano	859
MANDADO DE INJUNÇÃO (ART. 5º, LXXI, CF/88)	862
Noções gerais.....	862
» Omissões que podem ser impugnadas em mandado de injunção	863
» Possibilidade de desistência do mandado de injunção.....	863
Legitimidade ativa	864
Legitimidade passiva.....	866
Competência	867
Principais aspectos do procedimento.....	869
(Im)possibilidade de liminar.....	870
Efeitos da decisão.....	871
» Eficácia objetiva	871
» Eficácia subjetiva.....	871
» Posição do STF.....	871
» Corrente adotada pela Lei 13.300/16	872
Outros aspectos importantes relativos à decisão	873
Superveniência da norma regulamentadora	874
Litispendência no mandado de injunção coletivo.....	874
“HABEAS DATA” (ART. 5º, LXXII, CF/88)	874
Legitimidade “ad causam”	875
Aspectos relevantes do procedimento	876
Competência	877
» Aplicação da teoria da encampação no “habeas data”	879
AÇÃO POPULAR (ART. 5º, LXXIII, CF/88)	880
Hipóteses de cabimento	880
Legitimidade “ad causam”	882
Competência	884
» Competência para julgar ação popular envolvendo o SEBRAE.....	887
» Competência para julgar ação popular ajuizada contra o CNMP	887
» A reserva constitucional de competência originária do STF.....	889
Reexame necessário e coisa julgada	890

14

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

TÍTULO I DA CF/88	891
Fundamentos da República Brasileira e princípio democrático	891
Separação dos Poderes.....	893
» Indelegabilidade de atribuições entre os poderes.....	894
Objetivos fundamentais da República Brasileira e princípios que regem o Brasil nas relações internacionais	895
FORMAS DE ESTADO	896
As principais formas de Estado existentes no mundo.....	898

ORIGENS DA FEDERAÇÃO.....	900
: A origem da federação norte-americana e as características da confederação.....	900
: A origem da federação brasileira.....	901
CARACTERÍSTICAS DA FEDERAÇÃO.....	902
: Diferenças entre soberania e autonomia.....	904
ESPÉCIES DE FEDERAÇÃO.....	905
: Federação por agregação e federação por desagregação.....	905
: Federação centrípeta e federação centrífuga.....	905
: Federação clássica e federação atípica.....	906
» Outra abordagem classificatória envolvendo a federação dual.....	909
: Federação simétrica e federação assimétrica.....	910
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO.....	913
Entidades integrantes do Estado federal brasileiro.....	913
» Operações federativas envolvendo Estados e Municípios.....	914
A hipótese de mera alteração de limites municipais.....	915
As operações federativas municipais convalidadas pela EC 57/2008 e as operações irregulares posteriores a ela.....	916
A EC 57/2008 convalidou operações federativas municipais realizadas sem plebiscito?.....	918
Vedações constitucionais às entidades federadas.....	920
» Vedação de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança (art. 19, I, CF/88).....	920
» Vedação de recusar fé aos documentos públicos (art. 19, II, CF/88).....	921
» Vedação de criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si (art. 19, III, CF/88).....	921
Inconstitucionalidade de estabelecimento de ordem de preferência entre entes federados na cobrança da dívida ativa.....	922
DISCIPLINA DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NA CF/88.....	923
Estados-membros.....	923
» As capacidades de auto-organização e de autolegislação dos Estados.....	923
Espécies de normas existentes nas Constituições Estaduais.....	925
» Poder Legislativo estadual.....	927
Vedação de vinculação remuneratória entre Deputados Estaduais e Deputados Federais.....	928
Vedação de pagamento de indenização a Parlamentares (estaduais e federais) em virtude de convocação extraordinária.....	930
Autoridades sujeitas a convocação (compulsória) pelo Poder Legislativo estadual.....	933
» Poder Executivo Estadual.....	936
» Poder Judiciário Estadual.....	937
» A criação de regiões administrativas pelos Estados.....	938
Os frutos resultantes das atividades de interesse comum desempenhadas pela região metropolitana podem ficar concentrados em apenas um dos seus entes integrantes?.....	941
Os Estados têm competência para a criação de distritos?.....	942
Municípios.....	943
» Auto-organização municipal.....	944
» Poder Executivo Municipal.....	945
» Poder Legislativo Municipal.....	947
Os limites dos gastos do Legislativo Municipal.....	949

Alteração do “caput” do art. 29-A da CF/88 pela EC 109/2021	950
A função fiscalizadora da Câmara Municipal.....	951
PRINCÍPIO DA SIMETRIA.....	956

15

REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS

A DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA E A NECESSIDADE DE REPARTIR AS COMPE- TÊNCIAS	961
COMO ESTUDAR A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	961
CRITÉRIOS E FORMAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	962
Repatrição de acordo com o conteúdo (critérios de repatrição das competências).....	962
» Princípio da predominância do interesse	963
A regra de ouro na aplicação da predominância do interesse	964
» Tratamento uniforme da matéria em todo o território nacional	967
Formas de distribuição das competências.....	967
» Técnica de repatrição de competências adotada pela CF/88.....	968
» A única competência residual na CF/88.....	971
CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	971
Classificação quanto à origem	971
Classificação quanto à extensão.....	972
Classificação quanto à forma	972
Classificação quanto ao objeto.....	973
As espécies de competências previstas nos arts. 21, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 da CF/88 ..	974
» As competências remanescentes dos Estados e dos Municípios.....	975
MODELO VERTICAL E MODELO HORIZONTAL DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊN- CIAS	976
CORRELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E COMPETÊNCIA MATE- RIAL	977
Arts. 21, III, e 22, XXVIII	978
Arts. 21, VI, e 22, XXI	978
Arts. 21, VII, e 22, VI	979
Arts. 21, VIII, e 22, VII	979
Arts. 21, X, e 22, V.....	979
Arts. 21, XI, e 22, IV	980
Arts. 21, XII, “a”, e 22, IV.....	980
Arts. 21, XII, “b”, e 22, IV	980
Arts. 21, XII, “c”, e 22, X	981
Arts. 21, XII, “d” e “e”, e 22, XI.....	981
» A competência para legislar sobre o serviço de transporte por mototáxi	981
Arts. 21, XII, “f”, e 22, X	982
Arts. 21, XIII, e 22, XVII	983
Arts. 21, XV, e 22, XVIII	983
Arts. 21, XVIII, e 22, XXVIII	983
Arts. 21, XXIII, e 22, XXVI.....	984
Arts. 21, XXVI, e 22, XXX	985
Arts. 23, II, e 24, XII.....	986
Arts. 23, II, e 24, XIV	986
Arts. 23, III e IV, e 24, VII e VIII.....	987

Arts. 23, V, e 24, IX.....	987
Arts. 23, VI, e 24, VI.....	988
Arts. 23, VII, e 24, VI.....	988
O CRITÉRIO DO TRATAMENTO UNIFORME NO TERRITÓRIO NACIONAL.....	988
EXCEÇÕES À LÓGICA DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CF/88.....	989
Exceções ao princípio da predominância do interesse.....	990
» Competência da União para atuar em questões do Distrito Federal.....	990
Competência para legislar sobre organização e regime jurídico da Polícia Civil do Distrito Federal.....	991
» Competência material comum em relação aos recursos minerais.....	994
» Competência legislativa para disciplinar as águas.....	996
» Competências relacionadas ao gás natural.....	997
» Competência para atuar no desenvolvimento urbano.....	998
» Competência para atuar em calamidades públicas.....	1000
Exceções à correlação entre competência legislativa e competência material.....	1001
» Competência material comum para realizar desapropriação.....	1001
» Competências legislativa e material em relação ao trânsito.....	1001
» Competência para explorar e legislar sobre loteria.....	1002
COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE OS RAMOS DO DIREITO.....	1003
Temas de competência privativa da União.....	1004
Temas de competência legislativa concorrente.....	1005
POSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO.....	1007
DISCIPLINA DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE NA CF/88.....	1008
Nova tendência na jurisprudência do STF sobre os temas da competência legislativa concorrente.....	1009
As espécies de competência legislativa concorrente dos Estados e do Distrito Federal.....	1009
Previsão de competência legislativa concorrente fora do art. 24 da CF/88.....	1010
As entidades federativas que possuem competência legislativa concorrente.....	1011
Possibilidade de as normas estaduais estabelecerem nível de proteção maior do que o das normas gerais federais.....	1013
Hipóteses de edição de normas gerais pela União fora da competência concorrente..	1015
Competência legislativa para tratar da seguridade social, da saúde e da previdência..	1017
Competência para tratar da saúde e o combate à pandemia de COVID-19.....	1018
» ADI 6341.....	1019
» ADI 6343.....	1020
» A definição da política de vacinação de adolescentes contra a COVID-19.....	1021
POSSIBILIDADE DE EMENDA CONSTITUCIONAL MODIFICAR A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1022
ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF.....	1023
As normas sobre telecomunicações e a nova tendência na jurisprudência do STF.....	1074
A competência para legislar sobre direito de greve de servidor público.....	1080

16

INTERVENÇÃO

ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO.....	1084
PRINCÍPIOS QUE REGEM A INTERVENÇÃO.....	1084
Princípio da excepcionalidade (ou não-intervenção).....	1084

· Princípio da necessidade.....	1084
· Princípio da temporariedade	1084
· Princípio da formalidade.....	1084
MOTIVOS AUTORIZADORES DA INTERVENÇÃO (PRESSUPOSTOS DE FUNDO DA INTERVENÇÃO)	1084
· Defesa do Estado.....	1085
· Defesa do princípio federativo na CF/88.....	1085
· Defesa das finanças estaduais	1086
· Defesa das finanças municipais.....	1087
· Defesa da ordem constitucional.....	1087
ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO (OU FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO)	1090
· Intervenção “ex officio”.....	1090
» Intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal decretada “ex officio”.....	1091
» Intervenção estadual (ou federal em Município localizado em Território Federal) decretada “ex officio”.....	1093
· Intervenção provocada.....	1095
» Provocação por solicitação e por requisição	1095
» Provocação por provimento judicial	1097
Provocação por provimento judicial na intervenção federal nos Estados e DF....	1097
Provocação por provimento judicial na intervenção estadual e na intervenção federal em Município localizado em Território Federal.....	1098
AUTONOMIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE O PROCEDIMENTO DE DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO ESTADUAL	1100
CESSAÇÃO DA INTERVENÇÃO	1101
CONTROLES DA INTERVENÇÃO	1102
· Controle político.....	1102
· Controle judicial	1103
INTERVENÇÃO FEDERAL COMO LIMITAÇÃO CIRCUNSTANCIAL AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO	1103
INTERVENÇÃO (FEDERAL E ESTADUAL) ESQUEMATIZADA	1103
PRINCIPAIS JULGADOS SOBRE INTERVENÇÃO ESTADUAL	1105
· Simetria constitucional	1105
· Legitimidade	1106
· Irregularidade nas contas municipais: atribuição para requerer a intervenção e devolução do processo legal	1107
· Representação interventiva perante o Tribunal de Justiça.....	1107

17

PODER LEGISLATIVO

ESTRUTURA	1109
· Estrutura externa.....	1109
· Estrutura interna.....	1112
» Mesa.....	1112
Eleição dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas: o art. 57, § 4º, da CF/88 é norma de observância obrigatória?	1114
» Plenário	1118
» Comissões.....	1118
Comissão temporária especial	1120

Comissão temporária externa	1121
Comissão temporária de inquérito	1121
» Serviços administrativos	1121
» Polícia.....	1121
FUNCIONAMENTO	1121
Atribuição representativa.....	1122
Atribuição investigatória.....	1122
Atribuição fiscalizadora.....	1122
Atribuição legislativa.....	1124
Incorporação dos tratados e convenções internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro (atribuição representativa)	1124
» Tratado ou convenção incorporado antes da EC 45/04	1125
» Tratado ou convenção incorporado após a EC 45/04.....	1126
Comissão Parlamentar de Inquérito (atribuição investigatória).....	1128
» Definição.....	1128
» Pressupostos da CPI	1129
» Requisitos da CPI.....	1131
Requerimento de instauração: CPI como direito das minorias.....	1132
Possibilidade de controle judicial dos requisitos e pressupostos para a instauração de uma CPI.....	1135
» Limites da CPI	1136
Atos sujeitos à cláusula de reserva de jurisdição	1139
(Im)possibilidade de CPI convocar Governador de Estado.....	1142
(Im)possibilidade de CPI convocar indígenas.....	1147
Os poderes das CPIs estaduais e municipais.....	1147
GARANTIAS DOS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL	1147
Identidade de retribuição pecuniária (art. 49, VII, CF/88)	1148
Limitação ao dever de testemunhar (art. 53, § 6º, CF/88).....	1149
Restrição ao serviço militar (art. 53, § 7º, CF/88)	1149
Foro especial (arts. 53, § 1º, e 102, I, "b", CF/88)	1150
» Teoria da Fuga de Foro	1151
Início e fim do foro especial dos Parlamentares: entendimento adotado pelo STF na AP 937 QO.....	1152
Foro por prerrogativa de função de parlamentar federal em caso de mandatos cruzados	1155
STJ: foro por prerrogativa de função de Desembargador e o entendimento firmado pelo STF na AP 937 QO.....	1156
STJ: Prerrogativa de foro de membro do ministério público e o entendimento firmado pelo STF na AP 937 QO	1157
Prerrogativa de foro em âmbito estadual.....	1159
» Qual é a natureza da inconstitucionalidade da norma estadual que cria hipótese de prerrogativa de foro não prevista na Constituição Federal?	1169
» A Súmula Vinculante 45 perdeu o sentido após a mudança de entendimento do STF sobre a prerrogativa de foro em âmbito estadual?	1170
Necessidade de autorização judicial para a instauração de investigação criminal contra pessoa ocupante de cargo com prerrogativa de foro.....	1171
É possível exigir decisão colegiada para autorizar a instauração de investigação criminal contra pessoa ocupante de cargo com prerrogativa de foro?	1174
Imunidades parlamentares (art. 53, "caput", §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, CF/88).....	1176
» Imunidade parlamentar material.....	1178
Caso Jair Bolsonaro no STJ (REsp 1.642.310).....	1181
Caso Jair Bolsonaro no STF (Inq 3932 e Pet 5243)	1183

» Imunidade parlamentar formal.....	1186
Imunidade formal relativa à prisão (art. 53, § 2º, CF/88).....	1187
Caso Delcídio do Amaral.....	1188
Caso Daniel Silveira.....	1189
Imunidade parlamentar formal relativa à ação penal (art. 53, §§ 3º, 4º e 5º).....	1190
Imunidades dos parlamentares estaduais e municipais.....	1191
» Parlamentares estaduais.....	1191
» Parlamentares municipais.....	1193
Foro por prerrogativa de função de Deputado Estadual e a competência do Tribunal do Júri: STJ Vs. STF.....	1194
Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato parlamentar.....	1196
PROCESSO LEGISLATIVO.....	1201
Fase introdutória.....	1201
» A iniciativa privativa do Presidente da República do art. 61, § 1º, da CF/88.....	1205
» Impossibilidade de sanção convalidar vício de iniciativa.....	1211
» A apresentação de nova proposição durante uma tramitação legislativa é apta a sanar vício de iniciativa (Lei da Autonomia do Banco Central)?.....	1212
» Pode uma lei ou o constituinte derivado estabelecer prazo para que o Chefe do Executivo exerça sua iniciativa legislativa?.....	1215
» Iniciativa privativa do Tribunal de Contas.....	1216
» Possibilidade de emenda parlamentar em projeto de iniciativa privativa.....	1219
» Iniciativa legislativa nos âmbitos estadual e municipal.....	1223
Simetria nas matérias reservadas a lei complementar.....	1224
Simetria no processo legislativo das leis orçamentárias.....	1225
Fase constitutiva.....	1228
» Deliberação e votação.....	1228
Apresentação de emendas no curso do processo legislativo.....	1230
» Sanção ou veto.....	1232
O Presidente da República pode opor o seu veto após o decurso do prazo constitucional de 15 (quinze) dias úteis?.....	1234
O veto no sistema brasileiro é absoluto?.....	1235
O Chefe do Poder Executivo pode se arrepender do veto?.....	1236
Procedimentos legislativos que não possuem a etapa de sanção ou veto.....	1236
Fase complementar.....	1237
» Promulgação precoce.....	1238
» Possibilidade de promulgação da parte “incontroversa” do texto.....	1239
» A promulgação e a publicação cabem ao Chefe do Poder Executivo, independentemente da espécie normativa envolvida?.....	1240
Requisito específico das proposições que geram impacto nos cofres públicos.....	1243
ESPÉCIES NORMATIVAS.....	1245
Emendas constitucionais.....	1247
Leis (complementares, ordinárias e delegadas).....	1248
» Leis complementares.....	1248
» Leis ordinárias.....	1250
» Leis delegadas.....	1251
Decretos legislativos e resoluções.....	1252
Medida provisória.....	1257
» Pressupostos e requisitos da medida provisória.....	1257
Pressupostos da medida provisória.....	1257
Requisitos da medida provisória.....	1260
Edição pelo Presidente da República.....	1260

Submissão ao Congresso Nacional.....	1261
» Apreciação das medidas provisórias por meio de deliberação remota durante a pandemia de COVID-19.....	1262
» Matérias que não podem ser objeto de medida provisória.....	1265
Edição de medida provisória no mesmo dia em que o Presidente da República sanciona ou veta projeto de lei de conteúdo semelhante	1266
» As possibilidades na apreciação da medida provisória pelo Poder Legislativo	1267
Aprovação sem alteração	1267
Aprovação com alteração.....	1267
Rejeição tácita (não apreciação).....	1270
Rejeição expressa	1270
» Revogação de medida provisória por nova medida provisória na mesma sessão legislativa	1271
» Desistência e retirada da medida provisória pelo Chefe do Poder Executivo	1272
» Prazo para apreciação da medida provisória e trancamento de pauta	1273
» O Poder Legislativo deve observar a ordem cronológica de apresentação das medidas provisórias ao apreciá-las?.....	1274
» Medida provisória em âmbitos estadual e municipal	1275

18

PODER EXECUTIVO

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	1277
Aquisição do mandato presidencial	1278
» Eleição presidencial indireta no Brasil	1280
Imprescindibilidade da realização de nova eleição no caso de dupla vacância no Poder Executivo e de que os candidatos componham chapa única.....	1281
Regulamentação da eleição indireta para o Poder Executivo estadual em caso de dupla vacância	1282
» Sucessão e substituição do Presidente da República	1285
Duração do mandato presidencial.....	1288
» Possibilidade de reeleição	1289
» É necessária a desincompatibilização para tentar a reeleição?.....	1290
Perda do mandato presidencial.....	1291
» Extinção do mandato presidencial.....	1291
» Cassação do mandato presidencial	1293
“Impeachment” (arts. 52, I e p. único, 85 e 86, CF/88)	1293
Definição	1296
Natureza	1297
Condição de procedibilidade	1298
Procedimento do “impeachment” (ADPF 378).....	1300
(In)existência de prazo para análise de pedido de instauração de “impeachment” contra o Presidente da República.....	1304
(In)existência de direito à apreciação de pedido de instauração de “impeachment” contra o Presidente da República	1305
Natureza das sanções aplicáveis no “impeachment” e a possibilidade de impetração de “habeas corpus”.....	1308
Possibilidade de aplicação seccionada das sanções	1308
Competência para legislar sobre “impeachment” e crimes de responsabilidade	1309
Perda do mandato dos Governadores e dos Prefeitos na CF/88.....	1310

Responsabilização político-administrativa dos Governadores e dos Prefeitos.....	1313
» Responsabilização político-administrativa dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.....	1313
» Responsabilização político-administrativa dos Prefeitos Municipais.....	1315
Julgados importantes sobre a prática de infrações penais por Governadores e Prefeitos.....	1318
FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO	1324
Sistemas de Governo.....	1325
» Diferenças básicas entre presidencialismo e parlamentarismo	1325
» Sistema de governo adotado no Brasil	1326
Atribuições do Presidente da República.....	1327
Estabelecimento de prazo para que o Chefe do Executivo regulamente disposições legais	1328
Proposta de decretação de estado de calamidade pública nacional.....	1329
Edição de decretos autônomos pelo Presidente da República	1330
GARANTIAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	1333
Foro especial por prerrogativa de função (arts. 51, I, 86, “caput”, e 102, I, “b”, da CF/88).....	1334
Imunidade temporária à prisão provisória (art. 86, § 3º, CF/88)	1336
Imunidade temporária à persecução criminal (art. 86, § 4º, CF/88).....	1337

19

PODER JUDICIÁRIO

ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	1342
Classificação pela natureza do órgão.....	1342
Classificação pela natureza da função	1342
Justiça Federal comum	1343
» Grau X instância	1343
Justiça estadual comum.....	1344
Justiça do Trabalho	1345
Justiça Eleitoral	1345
Justiça Militar Federal (Justiça Militar da União).....	1345
Justiça Militar Estadual	1347
Tribunais de superposição	1349
» Art. 36, III, parte final, CF/88	1351
» Art. 102, III, “d”, CF/88.....	1352
Órgão judiciário não jurisdicional (Conselho Nacional de Justiça).....	1353
» O CNJ pode exercer controle de constitucionalidade?.....	1355
» O controle exercido pelo CNJ e a análise prévia de anteprojetos de lei dos Tribunais de Justiça.....	1357
» O CNJ se submete ao controle do Supremo Tribunal Federal?	1358
Qualquer ação proposta contra ato do CNJ é de competência do STF?	1359
» O STF se submete ao controle do CNJ?.....	1360
» Composição do CNJ	1361
» Criação de Conselho de Justiça em âmbito estadual	1364
» Controle de qualidade externo dos serviços prestados pelo poder judiciário.....	1364
“QUINTO CONSTITUCIONAL”	1365
Tribunais que devem observar o “quinto”	1365
Procedimento do “quinto”	1367
Precedentes envolvendo a aplicação da regra do “quinto”	1368

» Inexistência de membros do Ministério Público que preencham os requisitos do art. 94, CF/88.....	1368
» Divergência entre o tribunal e o órgão de classe a respeito do preenchimento dos requisitos constitucionais pelos nomes indicados	1369
» Distribuição das vagas do “quinto” quando são em número ímpar.....	1369
COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1371
» A EC 122/2022 e a alteração da idade limite para se tornar membro de tribunal superior.....	1373
FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	1375
» Súmula Vinculante	1375
» Pressupostos da sumulação vinculante	1376
» Controvérsia atual	1377
» Multiplicação de processos sobre questão idêntica	1377
» Reiteradas decisões sobre matéria constitucional	1377
» Grave insegurança jurídica.....	1377
» Requisitos da sumulação vinculante.....	1377
» Iniciativa.....	1378
» Aprovação	1379
» Publicação	1379
» Consequência da inobservância da súmula vinculante.....	1379
GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO.....	1380
» Garantias institucionais do Poder Judiciário	1380
» Autonomia administrativa.....	1381
» Autonomia funcional	1381
» Autonomia financeira e orçamentária.....	1381
» Garantias funcionais do Poder Judiciário	1384
» Vitaliciedade.....	1384
» Inamovibilidade	1386
» Irredutibilidade de subsídio	1387
» Aplicação do mesmo “teto remuneratório” para os magistrados federais e estaduais.....	1388
» Os membros do Poder Judiciário gozam da garantia de reajuste automático do subsídio?	1391
A PROMOÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA E A UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	1393
DISTINÇÃO ENTRE JUÍZES TITULARES E SUBSTITUTOS PARA FINS DE REMOÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA	1395

20

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

OS FUNDOS DE MANUTENÇÃO E APARELHAMENTO DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (E DO PODER JUDICIÁRIO) EM ÂMBITO ESTADUAL.....	1398
ADVOCACIA PÚBLICA.....	1403
» Recebimento de honorários sucumbenciais por Advogados Públicos	1403
» Pagamento de honorários a Advogados Públicos na cobrança extrajudicial de créditos do Poder Público	1404
» O repasse dos honorários aos Advogados Públicos pode ser feito por meio da respectiva entidade de classe?	1405

O ente federado pode reduzir o valor dos honorários dos seus Procuradores quando há programa de refinanciamento administrativo dos seus créditos?	1406
» Advogado Público pode sofrer controle de jornada de trabalho?	1408
» A Obrigação de os Advogados Públicos realizarem a defesa de administradores públicos em ações de improbidade administrativa	1410
» Aplicação do estatuto da OAB a advogados celetistas da Administração Pública...	1413
Advocacia Pública da União	1417
» Carreiras da advocacia pública federal	1417
» Direito a 60 (sessenta) dias de férias na advocacia pública federal	1419
» Atuação da AGU	1420
» O Advogado-Geral da União	1421
» Ingresso nas carreiras da AGU	1421
Advocacia Pública dos Estados e Distrito Federal	1422
» Princípio da unicidade orgânica	1423
Exceções ao princípio da unicidade	1424
Carreiras anteriores à CF/88	1424
Possibilidade de existência de Procuradorias próprias nos Poderes Legislativo e Judiciário e nos Tribunais de Contas	1427
Não aplicação da unicidade às empresas públicas e sociedades de economia mista	1428
As universidades públicas estaduais podem ter Procuradorias próprias?	1429
» O regime jurídico da advocacia pública estadual na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1430
A escolha do Procurador-Geral do Estado	1431
A iniciativa legislativa para tratar dos critérios de escolha do Procurador-Geral do Estado	1433
Possibilidade de norma estadual concentrar as citações e comunicações processuais no Procurador-Geral do Estado	1434
Possibilidade de vinculação remuneratória na carreira de Procurador de Estado	1435
O teto remuneratório dos Procuradores de Estado	1437
É válido o pagamento de adicional de dedicação exclusiva aos Procuradores de Estado?	1439
» O ajuizamento de ação de improbidade administrativa pela Procuradoria-Geral do Estado	1440
» Lei Orgânica de Procuradoria-Geral de Estado pode prever a realização de avaliações periódicas de desempenho dos respectivos Procuradores?	1441
Advocacia Pública dos Municípios	1442
» O teto remuneratório dos Procuradores municipais	1444
ADVOCACIA PRIVADA	1445
» A imunidade do advogado na lei e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1445
» Natureza jurídica da OAB e de suas anuidades	1448
A OAB pode condicionar o exercício da advocacia e a participação nas eleições internas da entidade ao pagamento das anuidades?	1449
» Validade da previsão do exercício da advocacia para pontuação em provas de títulos	1450
DEFENSORIA PÚBLICA	1450
» Lei federal pode criar Ouvidoria-Geral no âmbito das Defensorias Públicas estaduais?	1452

» Os Municípios podem prestar o serviço de assistência jurídica gratuita à população de baixa renda?	1454
» A missão constitucional da Defensoria Pública e a criação do cargo de advogado para a defesa gratuita de praças no âmbito da Justiça Militar	1455
» Os Defensores Públicos precisam ser inscritos na OAB?	1456
» Autonomia da Defensoria Pública	1458
» Prerrogativas e princípios institucionais da Defensoria Pública.....	1459
O princípio da independência funcional na Defensoria Pública	1462
» Princípio do Defensor natural.....	1463
» O poder de requisição da Defensoria Pública	1464
» Atuação das Defensorias Públicas estaduais perante os Tribunais superiores.....	1466
» Ajuizamento de ação civil pública pela Defensoria Pública.....	1468

21

MINISTÉRIO PÚBLICO

NORMAS QUE REGEM O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1469
Emenda constitucional estadual pode dispor sobre a organização do Ministério Público local?	1474
Lei de iniciativa parlamentar pode criar novas atribuições para membros do Ministério Público?	1475
» Lei estadual pode definir critérios de remoção e permuta de membros do ministério público diversos dos previstos na lei orgânica nacional do Ministério Público?	1476
"Quarentena" para ingresso na carreira	1479
» Cursos de pós-graduação podem ser considerados atividade jurídica para os fins da "quarentena de entrada"?	1480
» A criação de programa de estágio de pós-graduação no âmbito do Ministério Público viola a exigência constitucional do concurso público?	1481
ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CF/88.....	1482
Ministério Público Eleitoral	1483
Procurador-Geral da República.....	1485
Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.....	1486
» Norma estadual pode impor ao Procurador-Geral de Justiça o dever de prestar informações à Assembleia Legislativa?	1489
Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procurador-Geral Eleitoral.....	1491
Conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público	1492
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1493
Unidade	1493
Indivisibilidade.....	1495
Independência funcional	1495
ATUAÇÃO AUTÔNOMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PERANTE O STF (E O STJ)	1496
PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL	1498
GARANTIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1498
A autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público	1499
A inamovibilidade dos membros do Ministério Público e as designações para atuarem em lotações diversas das originalmente ocupadas	1502

· O assento do membro do Ministério Público à direita do magistrado durante a realização de atos processuais	1503
VEDAÇÕES IMPOSTAS AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1504
· Membro do Ministério Público pode advogar?	1505
· Exercício de outros cargos públicos por membros do Ministério Público	1507
· Exercício de atividade político-partidária por membro do Ministério Público	1508
· É possível que uma lei proíba membro do Ministério Público de se ausentar da sua comarca sem comunicar previamente a corregedoria ou de sair do estado sem autorização do chefe da instituição?	1510
FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1510
· » Legitimidade para a execução da pena de multa	1511
O "Pacote Anticrime" afetou a legitimidade para a execução da pena de multa?	1513
· » Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações civis públicas	1513
· » O Ministério Público possui legitimidade exclusiva para propor ação de improbidade administrativa?	1515
· » Participação em bancas de concursos para cargos externos ao Ministério Público	1519
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	1519
· Composição do Conselho	1519
· Atribuições do Conselho	1521
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	1523
· O Ministério Público de Contas possui iniciativa legislativa para as normas que disciplinam sua organização e funcionamento?	1525
· É constitucional exigir lei complementar para disciplinar o Ministério Público de Contas?	1525
· Constituição estadual pode equiparar a remuneração dos membros do Ministério Público de Contas com a dos membros do ministério público "comum"?	1526
· O Ministério Público de Contas e seus membros se submetem ao CNMP?	1526

22

SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES

ESPÉCIES DE SISTEMAS DE CRISES	1529
PRINCÍPIOS QUE REGEM O SISTEMA DE CRISES	1530
· Princípio da necessidade	1530
· Princípio da temporariedade	1531
· Princípio da proporcionalidade	1531
· Princípio da razoabilidade	1531
O SISTEMA DE CRISES DA CF/88: ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIOS	1533
· Definição	1534
· Hipóteses de decretação (pressupostos materiais)	1534
· Procedimento de decretação (pressupostos formais)	1535
· Duração (limites temporais)	1537
· Medidas coercitivas que podem ser adotadas	1538
» Medidas coercitivas permitidas no estado de defesa	1538
» Medidas coercitivas permitidas no estado de sítio	1539
» Suspensão das imunidades parlamentares	1541
· Controles realizados	1541
» Controle político	1541
» Controle judicial	1543

23

FORÇAS ARMADAS

NOÇÕES GERAIS	1545
: A escala hierárquica nas Forças Armadas	1546
: Quem pode requisitar o emprego das Forças Armadas?	1548
CARACTERÍSTICAS DAS FORÇAS ARMADAS	1549
: Cumulação das atividades militares com cargo, emprego ou função de natureza civil	1552
: A obrigatoriedade do serviço militar	1553

24

SEGURANÇA PÚBLICA

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PARA TRATAR DE SEGURANÇA PÚBLICA	1555
OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA PREVISTOS NA CF/88	1556
: E a Força Nacional de Segurança Pública?	1558
: Polícia administrativa, polícia judiciária e polícia investigativa	1559
» A polícia militar pode lavrar termo circunstanciado de ocorrência (TCO) de infração penal de menor potencial ofensivo?	1562
» O Ministério Público pode investigar?	1564
Polícia Federal	1565
» Polícia judiciária da União: polícia legislativa vs. polícia federal	1566
Polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal	1568
Polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares	1568
» A competência legislativa para disciplinar os órgãos de segurança pública dos Estados	1572
» A competência legislativa para disciplinar os órgãos de segurança pública do Distrito Federal	1574
» Competência para conceder anistia a infrações disciplinares praticadas por militares estaduais	1576
» (Im)possibilidade de a Polícia Civil desempenhar atividades típicas de órgão executivo de trânsito	1578
» (Im)possibilidade de lei conferir autonomia à Polícia Civil	1581
» Norma estadual pode conferir independência funcional aos Delegados de Polícia e incluir a Polícia Civil entre as Funções Essenciais à Justiça?	1583
» Iniciativa legislativa de normas que tratam da organização e do funcionamento da Polícia Civil	1584
» Fixação do subsídio de Delegado de Polícia em 90,25% do subsídio de ministro do STF	1585
» Diferenciação constitucional entre os militares e os servidores civis	1586
Exercício do direito de greve por policiais civis e militares (e por guardas municipais)	1589
Polícias penais	1591
Guardas municipais	1593
» O porte de arma de fogo dos integrantes das guardas municipais	1597
Segurança viária	1598
: E os órgãos de segurança pública dos Territórios?	1599